

O Jornal “A Voz do Comercio” (1929-1931?)

Joaquim Fernando da Cunha Guimarães

Março de 2006

Revista Electrónica INFOCONTAB n.º 7, de Março de 2006, pp. 6

“A Voz do Comercio” (ver figura da capa do n.º 1) apresenta como sub-título “Quinzenario dos Contabilistas e Guarda Livros”, iniciou a publicação no Porto, em 1 de Janeiro de 1929.



Da ficha técnica, extraímos os seguintes dados:

- Custo da assinatura: 6\$00 (continente), 18\$00 (colónias) e 28\$00 (estrangeiro);
- Número avulso: 1\$50;
- Redacção e Administração: Rua Santa Catarina, 502 – Porto (Portugal);
- Director e Administrador: António Martins da Fonseca;
- Redactor: Licinio Ferreira;
- Editor: Alberto Fernandes Leal;
- Composição e impressão na Tipografia Artes & Letras (Rua Fernandes Tomás, 915 – Porto);

Do editorial daquele primeiro número, sob o título “Apresentação”, retiramos as seguintes frases:

“Afigurou-se-nos e ainda estamos convictos de que um dos melhores meios de sermos uteis, de, ao menos, melhor podermos defender e auxiliar a nossa Classe, era um jornal proprio e, por conseguinte’ abalançamo-nos a fundar “A Voz do Comercio”, animados pela nossa boa intenção e por aquéle verso de Camões:

*«Sempre a fortuna foi
Do ousado companheira,
Do cobarde que a teme
Inimiga verdadeira.»*

Demos-lhe aquele nome, de preferencia a outro mais caracteristico, precisamente porque este Jornal não visa sómente a defender e auxiliar os Contabilistas e Guarda-Livros mas, tambem, a contribuir para o progresso social e, por isso, ele será: técnico, literario, moral, artistico, scientifico, etc., devendo, portanto, interessar não

só aos Técnicos da Contabilidade, como ao Comércio e a todas as pessoas, tanto mais que não tratará de politica, podendo entrar em todos os lares. Só pelo titulo toda a gente verá que este Jornal lhe pode interessar.

.../...

Seria triste e até vergonhoso que os Contabilistas e Guarda-Livros Portugueses, que contam muitos colegas de elevado merito, não fossem capazes de sustentar e fazer progredir um jornal proprio.”

Carqueja¹ refere:

“A “Voz do Comércio”², apresentada como quinzenário dos Contabilistas e Guarda-Livros, foi distribuída a partir de 1929. Não temos informação sobre a vida desta publicação, podendo no entanto informar que, até Agosto de 1931 tinha boa qualidade quer de conteúdos quer de apresentação. Teve como director António Martins da Fonseca com a sua redacção e administração no Porto.”

O primeiro número contém um artigo na página 10, sob o título “Testemunho de Gratidão”, datado de Dezembro de 1928 e assinado pela Comissão Administrativa da Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal, do qual extraímos a seguinte frase:

“É este o primeiro numero de “A Voz do Comercio”, quinzenario dos Contabilistas e Guarda-Livros. Cumpre-nos, pois, e com todo o prazer satisfazemos o grato dever de, por ele, testemunharmos o nosso reconhecimento a quem tem contribuido para o progressivo desenvolvimento desta Associação.”

Carqueja³ refere-se a esta Associação nos seguintes termos:

“Por alvará de 28 de Janeiro de 1928 foi constituída a “Associação de Classe dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal”, cujos estatutos foram alterados em 21 de Março de 1933, data em que passou a denominar-se “Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros de Portugal”. Esta Associação, quase de seguida, deu lugar ao “Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito de

¹ CARQUEJA, Hernâni O.: “As Associações e as Revistas de Contabilidade”, publicado no nosso livro *História da Contabilidade em Portugal - Reflexões e Homenagens*, Ed. Áreas Editora, Janeiro de 2005, e também disponível no menu “História da Contabilidade/Artigos e Estudos” do *Portal INFOCONTAB* em www.infocontab.com.pt. Este artigo corresponde a uma versão actualizada, com alguns nossos contributos, do artigo com o mesmo título publicado no *Jornal do Técnico de Contas e Empresas* n.º 445, de Novembro de 2002, pp. 296-300. Registamos a importância do artigo e das referências que nos permitiu servir de ponto de partida para a elaboração deste artigo.

² Hernâni Carqueja sublinha: “Só temos conhecimento de alguns números, o último de Agosto de 1931”.

³ CARQUEJA, Hernâni O.: op. cit.

Porto”, cujos corpos gerentes foram eleitos em 1934, no seguimento de proposta da extinta Associação.”

Sublinhe-se, no entanto, que Carqueja não associa “A Voz do Comercio” àquela Associação.

Porém, constatamos que, efectivamente, o Jornal era propriedade da Associação, por uma notícia da Associação na pág. 107, do n.º 7, de 1 de Abril de 1929, com um texto sob o título “O 1.º congresso dos contabilistas e guarda-livros portugueses”, do qual transcrevo a parte que interessa:

“Fundada a “Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros do Norte de Portugal”, logo pensamos que a melhor fôrma de a fazer prosperar, e que servia um poderoso meio de defeza e auxilio da classe, era a fundação dum jornal proprio. Por isso, fundamos “A Voz do Comércio”.

Agora, que a Associação e o jornal teem vida progressiva, embora lenta, devido ao pouco auxilio que lhes é prestado, parece-nos ver chegado o momento oportuno de se realizar um congresso para tratar de varios assuntos de interesse profissional. O congresso contribuirá melhor que a Associação e o Jornal, por que estes ainda estão no periodo de infancia, será mais potente para conseguir a realisação, senão de todas, ao menos de parte, das justas aspirações da classe.”.

Além disso, na página 239, do n.º 15, de 1 de Agosto de 1929, refere-se à constituição da Comissão daquele congresso, a qual era presidida por António Martins da Fonseca que aparece identificado como “Presidente da Associação dos Contabilistas e Guarda-Livros de Portugal e Professor”. Ora, como António Martins da Fonseca foi o Director e Administrador do “A Voz do Comercio”, também por este facto se conclui que o Jornal era publicado pela Associação.

Relativamente às referências de Carqueja ao Jornal, e uma vez que dispomos na nossa biblioteca do Jornal n.º 1 ao n.º 42 e os n.ºs 1 e 2 da 2.ª série, 3.º ano, esclarecemos o seguinte:

- Como já referimos, o n.º 1 foi publicado em 1 de Janeiro de 1929;
- A numeração é sequencial durante o primeiro ano, tendo sido publicado até ao n.º 24, de 15 de Dezembro de 1929 (este número termina na página 384);

- O segundo ano de publicação, iniciou-se, com nova numeração (n.º 25, de 1 de Janeiro de 1930) cujo editorial tem o título “Primeiro Aniversário”. Neste ano, o último número que dispomos é o n.º 42, de 15 de Setembro de 1930 que termina na página 295;
- No 3.º ano (1931) aparece uma nova numeração, indicando “2.ª série”, sendo o n.º 1, de 1 de Julho de 1931 (p. 1-16). Apenas temos esse primeiro número e o n.º 2 de 15 de Julho de 1931 (17-48). Esclarecemos, no entanto, que Carqueja sublinha que o Jornal terá sido publicado, pelo menos, até Agosto de 1931;
- Desconhecemos se foram publicados outros números entre o último número do 2.º ano (n.º 42, de 15 de Setembro de 1930) e o primeiro número do terceiro ano (n.º 1, de 1 de Julho de 1931) e se neste ano apenas foram publicados dois números (o n.º 1 atrás referido e o n.º 2, de 15 de Julho de 1931). Ou seja, temos dúvidas sobre essas interrupções de publicação, pelo que agradecemos os contributos dos leitores;
- De notar que o Director e Administrador, António Martins da Fonseca, e o Editor, Alberto Fernandes Leal, constam da ficha técnica do Jornal nesses três anos.

Relativamente à estrutura do Jornal registamos os seguintes itens:

- Secção técnica;
- Secção de consultas com o título “Entre Leitores”;
- Artigos técnicos;
- Informações gerais e associativas da Associação;
- Notas Biográficas com fotografias;
- Como curiosidade, o n.º 2, de 15 de Janeiro de 1929 ao n.º 8, de 15 de Abril de 1929, contém um texto sobre Luca Paccioli, identificado como “Matemático insigne e primeiro expositor das partidas dobradas”, relativo a uma conferência do contabilista brasileiro, Carlos de Carvalho, por ocasião da entrega do retrato de Luca Paccioli à Escola de Comércio do Brasil “Alvares Penteados”.

De notar que alguns números do Jornal referem-se a notícias sobre a realização do “1.º Congresso dos Contabilistas e Guarda-Livros Portugueses”, um dos quais sublinhando

que iria ser publicado um número especial dedicado ao Congresso, Porém, pelas publicações disponíveis, não podemos confirmar se o mesmo chegou a realizar-se.

Os “Guarda-Livros” vs “Borra-Livros” e as qualificações

A propósito das qualificações a nível de habilitações literárias e da prática profissional, que ainda hoje é um tema muito abordado na profissão de TOC, a seguir transcrevemos parte do texto do editorial do n.º 25, de 1 de Janeiro de 1930, sob o título “Primeiro Aniversário” (sublinhados nossos):

“(...) Francamente, é de admirar que o Estado não tenha ainda regulamentado a profissão; e mantém escolas técnicas onde se formam guarda-livros!...

E, note-se mais, para ser-se, por exemplo, medico, ou engenheiro... é necessario um curso literário e um curso tecnico e só diplomados podem exercer a correspondente profissão, porem, para ser-se guarda-livros basta, apenas, pelo que se tem visto, ser ousado e não ter vergonha, não ter dignidade.

Não queremos dizer que só os oficialmente diplomados estejam nas condições de dignamente exercerem a profissão, e que muitos que não possuam o diploma oficial, mas que têm longos anos de pratica e dado subejas provas de possuirem a verdadeira capacidade profissional, não possam ou não devam continuar a exercer a profissão.

Não. O que entendemos que não se deve, para futuro, é permitir o exercício da profissão senão aos que deem provas bastantes de possuirem a capacidade profissional.

Para isso deve-se exigir, - independentemente de diploma, dando porem a preferencia aos que o possuam oficialmente – que, como já dissemos, tenham boa capacidade tecnica – teorica e pratica, - literaria e moral, pois que só possuindo estas é que possuem realmente o capacidade profissional.

O que é justo, o que é moral, o que é indispensavel é que só estes exerçam a profissão de guarda-livros ou contabilistas.

Não deverá ser assim?

Em nossa opinião é assim e só assim que deve ser.

Mas, à sombra da liberdade plena, absoluta do exercicio da profissão de guarda-livros, muitos fulanos dedicaram-se a essa vida, sem a competente capacidade

profissional, vivem dessa profissão e constituíram família e já hoje não podem exercer outro modo de vida.

Não possuem verdadeiramente boa capacidade profissional, não, mas preenchem suficientemente e honradamente o lugar que desempenham.

Há muitos e muitos assim, são os chamados guarda-livros práticos.

Ora, não é justo, não é humano impedi-los de continuarem a exercer a profissão de que vivem.

Há, pois, absoluta, indispensável necessidade de se estabelecer um período de transição, durante o qual serão irradiados apenas os que se reconheça serem borra-livros. O número destes é elevadíssimo, é o maior; estão prejudicando a classe dos guarda-livros, os comerciantes e até o Estado. É, pois, de necessidade urgente irradiá-los.

Mas quais são realmente os borra-livros? A nosso vêr, são os fulanos que fazem escritas e se prestam a tudo, os que não têm dignidade, os que não possuem a capacidade moral, embora tenham capacidade técnica, e literária. Note-se que há muitos fulanos que de há pouco exercem a profissão de guarda-livros, tendo capacidade moral, literária e técnica quasi suficientes... Estes não devem ser tidos na conta de borra livros, mas sim como aspirante a guarda-livros, e, por tanto, deve-lhes ser dado ingresso na Classe, naquela qualidade e com a condição de em determinado tempo, que pode e deve ser o da transição, obterem a verdadeira capacidade profissional.

É por causa dos borra-livros que se diz que a classe dos guarda-livros portugueses está em grandíssima decadência, porque não se nota que aqueles não fazem parte da Classe, porque em geral não se faz distinção, o que é uma das maiores injustiças, o que é uma ofensa aos guarda-livros.”